DIREITO URBANÍSTICO E IMOBILIÁRIO

INFORMAÇÕES GERAIS

APRESENTAÇÃO

O curso de pós-graduação em Direito Imobiliário ao participante a capacitação profissional necessária para atuação em consultorias e assessorias imobiliárias especializadas, nas áreas cível, administrativa e penal, em processos administrativos e judiciais, habilitando-o também a ministrar aulas e palestras em empresas, organizações e cursos superiores. Bem como apresentar e desenvolve o estudo dos principais temas do Direito Urbanístico e Imobiliário, em uma perspectiva crítica que contribua na formação e na atuação profissional dos participantes do curso. Nesse sentido, exige-se a qualificação dos profissionais ligados ao Direito e aos negócios imobiliários, deve sustentar-se em novos fundamentos e constituir-se fator de liderança do processo de desenvolvimento humano e de formação para a cidadania.

OBJETIVO

Promover a capacitação de bacharéis em Direito e profissionais em áreas que se Relacionem Diretamente Ao Exercício De Funções Ou Atividades Ligadas Ao Direito Urbanístico e Imobiliário, objetivando o desenvolvimento da Ciência Jurídica e da interação com a sociedade, bem como, desenvolver habilidades para a resolução dos problemas do cotidiano na área do Direito Urbanístico e Imobiliário.

METODOLOGIA

Em termos gerais, a metodologia será estruturada e desenvolvida numa dimensão da proposta em EAD, na modalidade online visto que a educação a distância está consubstanciada na concepção de mediação das tecnologias em rede, com atividades a distância em ambientes virtuais de aprendizagens, que embora, acontece fundamentalmente com professores e alunos separados fisicamente no espaço e ou no tempo, mas que se interagem através das tecnologias de comunicação. É importante salientar que a abordagem pedagógica que valorize a aprendizagem colaborativa depende dos professores e dos gestores da educação, que deverão torna-se sensíveis aos projetos criativos e desafiadores. Fornecerá aos alunos conhecimentos para desenvolver competências que possibilitem o desempenho eficiente e eficaz dessas respectivas funções, na perspectiva da gestão estratégica e empreendedora, de maneira a contribuir com o aumento dos padrões de qualidade da educação e com a concretização da função social da escola.

Código	Disciplina	Carga Horária
4779	Direito Imobiliário Brasileiro na Contemporaneidade	45

APRESENTAÇÃO

Direito Imobiliário Brasileiro na Contemporaneidade; Reflexos das Questões Registrais na fraude à Execução: Questões afetas à boa-fé do terceiro adquirente e a polêmica trazida pelo CPC/2015 e pela Lei Nº 13097/2015; A Fraude à execução na Lei 13.097/2015, Artigo 54 e no CPC/2015, Artigo 792; A polêmica acerca dos reflexos da falta de informação sobre a existência de demanda ou de atos de constrição judicial sobre o bem junto ao registro de

imóveis na caracterização de fraude à execução: uma primeira corrente; Uma segunda corrente: a relativização da presunção de boa-fé do terceiro adquirente; Débito Condominial à luz do novo CPC; Norma introduzida no novo CPC; Aspectos Positivos ao Condomínio e Seu Efeito Perante a Sociedade; A Publicidade Registral Imobiliária Diante da Lei Nº 13.097/2015; Necessidade de Publicidade das Situações Jurídicas Com Eficácia Ultra Partes; A Lei Nº 13.097/2015 e a Publicidade Registral Imobiliária; A Aplicabilidade da Tutela de Urgência nas Ações de Despejo: Uma Análise Pela Ótica do Código de Processo Civil de 2015; Retrospectiva Legislativa; A Lei Nº 8.245/91 e a Medida Liminar de Despejo; A Lei N° 8.952/1994 e a introdução do instituto da antecipação dos efeitos da tutela no código de processo civil de 1973; O código de processo civil de 2015 e as tutelas provisórias; ação de despejo; Procedimento da Lei Nº 8.245/91 e Subsidiariedade do CPC; Natureza da Medida Liminar de Despejo; Hipóteses da Medida Liminar de Despejo Prevista na Lei Nº 8.245/91; Cabimento da Tutela de Urgência nas Ações de Despejo; Argumentos Contrários; Argumentos Favoráveis; Análise dos Argumentos Pela Ótica do CPC de 2015; Lei do Inquilinato e o Novo Código de Processo Civil: Breves E Iniciais Considerações; A Lei 13.465/17 Inovação Para o Direito Imobiliário; Lei dos Distratos; Lei Nº 13.786, de 27 De Dezembro de 2018; Análise e Comentários Acerca da Lei dos Distratos; As Críticas Consumeristas.

OBJETIVO GERAL

Reconhecer o direito imobiliário brasileiro na contemporaneidade.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar os fundamentos teóricos e doutrinários do Direito Imobiliário Brasileiro na Contemporaneidade;
- Investigar, conceituar e definir, a História e as Fontes da Publicidade Registral Imobiliária;
- Reconhecer as fontes do Direito e a aplicação dos reflexos das questões registrais na fraude à execução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DO DIREITO IMOBILIÁRIO BRASILEIRO NA CONTEMPORANEIDADE REFLEXOS DAS QUESTÕES REGISTRAIS NA FRAUDE À EXECUÇÃO: questões afetas à boa-fé do terceiro adquirente e a polêmica trazida pelo CPC/2015 e pela Lei Nº 13097/2015 A FRAUDE À EXECUÇÃO NA LEI 13.097/2015, ARTIGO 54 E NO CPC/2015, ARTIGO 792 A POLÊMICA ACERCA DOS REFLEXOS DA FALTA DE INFORMAÇÃO SOBRE A EXISTÊNCIA DE DEMANDA OU DE ATOS DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL SOBRE O BEM JUNTO AO REGISTRO DE IMÓVEIS NA CARACTERIZAÇÃO DE FRAUDE À EXECUÇÃO: uma primeira corrente UMA SEGUNDA CORRENTE: a relativização da presunção de boa-fé do terceiro adquirente DÉBITO CONDOMINIAL À LUZ DO NOVO CPC NORMA INTRODUZIDA NO NOVO CPC ASPECTOS POSITIVOS AO CONDOMÍNIO E SEU EFEITO PERANTE A SOCIEDADE; A PUBLICIDADE REGISTRAL IMOBILIÁRIA DIANTE DA LEI Nº 13.097/2015 NECESSIDADE DE PUBLICIDADE DAS SITUAÇÕES JURÍDICAS COM EFICÁCIA ULTRA PARTES A LEI Nº 13.097/2015 E A PUBLICIDADE REGISTRAL IMOBILIÁRIA A APLICABILIDADE DA TUTELA DE URGÊNCIA NAS AÇÕES DE DESPEJO: uma análise pela ótica do Código de Processo Civil de 2015 RETROSPECTIVA LEGISLATIVA A LEI Nº 8.245/91 E A MEDIDA LIMINAR DE DESPEJO A LEI N° 8.952/1994 E A INTRODUÇÃO DO INSTITUTO DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 1973 O CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015 E AS TUTELAS PROVISÓRIAS AÇÃO DE DESPEJO PROCEDIMENTO DA LEI Nº 8.245/91 E SUBSIDIARIEDADE DO CPC NATUREZA DA MEDIDA LIMINAR DE DESPEJO HIPÓTESES DA MEDIDA LIMINAR DE DESPEJO PREVISTA NA LEI Nº 8.245/91 CABIMENTO DA TUTELA DE URGÊNCIA NAS AÇÕES DE DESPEJO ARGUMENTOS CONTRÁRIOS ARGUMENTOS FAVORÁVEIS ANÁLISE DOS ARGUMENTOS PELA ÓTICA DO CPC DE 2015 LEI DO INQUILINATO E O NOVO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL: breves e iniciais considerações A LEI 13.465/17 INOVAÇÃO PARA O DIREITO IMOBILIÁRIO LEI DOS DISTRATOS LEI Nº 13.786, DE 27 DE DEZEMBRO DE 2018 ANÁLISE E COMENTÁRIOS ACERCA DA LEI DOS DISTRATOS AS CRÍTICAS CONSUMERISTAS

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL, Guilherme Rizzo. Comentários às alterações do Novo CPC. São Paulo: Thompson Reuters – Revista dos Tribunais, 2015. BRANDELI, Leonardo. Fraude à execução imobiliária e a publicidade registral no Novo CPC. In: DIP, Ricardo (coord.). Direito Registral e o Novo Código de Processo Civil. Rio de Janeiro: Forense, 2016. _____. A publicidade registral imobiliária diante da Lei nº 13.097/2015. Disponível em: . Acesso em: 27 abr. 2019. BRUSCHI, Gilberto Gomes; NOLASCO, Rita Dias; AMADEO, Rodolfo da Costa Manso Real. Fraudes patrimoniais e a desconsideração da personalidade jurídica no Código de Processo Civil de 2015. São Paulo: Thompson Reuters – Revista dos Tribunais, 2015. BUSHATSKY, Jaques; PEREIRA, José Horácio Cintra Gonçalves. Lei do inquilinato e o novo código de processo civil: breves e iniciais considerações. Disponível em: . Acesso em: 20 abr. 2019. DIDIER JUNIOR, Fredie et al. Curso de Direito Processual Civil. v.5 – Execução. Salvador: Jus Podivm, 2016.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AVVAD, Pedro Elias. Direito Imobiliário. São Paulo: Forense, 2018. BECKER, Bruno. A regularização fundiária como instrumento propulsor do desenvolvimento econômico e a função econômica do registro de imóveis: o reflexo das garantias reais sobre a taxa de juros fixada no mercado e a sua relevância para o investimento no setor produtivo. ISSN 1413-4543 Revista de Direito Imobiliário. Ano 35, vol. 72, jan.-jun. 2016. Editora Revista dos Tribunais Ltda. Coordenação Editorial Marcelo Augusto Santana de Melo. Publicação Oficial do Instituto de Registro Imobiliário do Brasil (IRIB). BETTI, Emilio. Teoria geral do negócio jurídico. Tradutor e anotador Ricardo Rodrigues Gama. Campinas: LZN, 2015. LEVY, Fernanda Rocha Lourenço. Cláusulas Escalonadas – A mediação comercial no contexto da arbitragem. São Paulo: Saraiva, 2017. LÔBO, Paulo Luiz Netto. O contrato – exigências e concepções atuais. São Paulo: Saraiva, 1986. LOPES, João Batista. Condomínio. 8 ed. São Paulo: RT, 2018.

PERIÓDICOS

CARREIRÃO, Bruno de Oliveira; GRANDE, Taiana Valar Dal. A aplicabilidade da tutela de urgência nas ações de despejo: uma análise pela ótica do Código de Processo Civil de 2015. Disponível em: . Acesso em: 27 abr. 2019.

74	Ética Profissional	30

APRESENTAÇÃO

Conceitos de ética e moral, sua dimensão nos fundamentos ontológicos na vida social e seus rebatimentos na ética profissional. O processo de construção do ethos profissional: valores e implicações no exercício profissional.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Ética profissional na visão social em que vivemos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites na Ética profissional.
- Compreender as concepções e evolução histórica da Ética profissional.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e pró-ativana Ética profissional.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

A ÉTICA E AS QUESTÕES FILOSÓFICAS LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 01 É A ÉTICA UMA CIÊNCIA? A ÉTICA E A CIDADANIA LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº 02 ÉTICA E DIREITOS HUMANOS A ÉTICA E A EDUCAÇÃO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO Nº. 03 ÉTICA NA ESCOLA: FAÇA O QUE EU DIGO, MAS NÃO FAÇA O QUE EU FAÇO ÉTICA PROFISSIONAL, O GRANDE DESAFIO NO MERCADO DE TRABALHO LEITURA COMPLEMENTAR – TEXTO N. 04 ÉTICA PROFISSIONAL É COMPROMISSO SOCIAL ESTUDO DE CASOS:

ÉTICA PROFISSIONAL CASO 1 - UM GESTOR TEMPERAMENTAL CASO 2 - ÉTICA E CHOQUE CULTURAL NA EMPRESA CASO 3 - RESPEITO PELAS PESSOAS CASO 4 - CONSIDERAÇÕES PROVENIENTES DO COMITÊ DE ÉTICA A URGÊNCIA DE ATITUDES ÉTICAS EM SALA DE AULA

REFERÊNCIA BÁSICA

HUME, David. Investigação sobre o entendimento humano. Tradução André Campos Mesquita. São Paulo: Escala Educacional, 2006.

NALINI, José Renato. Ética Geral e Profissional. 7.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2009.

PAIVA, Beatriz Augusto. Algumas considerações sobre ética e valor. In: BONETTI, Dilséa Adeodata et al. (Org.). Serviço social e ética: convite a uma nova práxis. 6.ed. São Paulo.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais – Brasília: MEC/SEF, 1998. 436 p.

CHALITA, Gabriel. Os dez mandamentos da ética. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CHAUI, Marilena. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 1997. COMPARATO, Fábio Konder. Ética: direito, moral e religião no mundo moderno. São Paulo: Companhia da Letras, 2006.

DOWBOR, Ladislau. A reprodução social: propostas para um gestão descentralizada. Petrópolis: Vozes, 1999. FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

PERIÓDICOS

BRASIL. Ministério da Educação do. Disponível em: . Acesso em: 10 dez.2011.

506	Introdução à Ciência do Direito	60

APRESENTAÇÃO

Ciência do Direito: conceitos e epistemologia; A Epistemologia da Complexidade: para uma pesquisa científica do Direito; Para entender a epistemologia da complexidade: o pensamento de Morin; Como fazer Ciência do Direito na complexidade?; Direito e Ciência na teoria pura do Direito ee HANS KELSEN; Uma leitura crítica; Normas e proposições jurídicas; Causalidade (ser) e imputação (dever-ser); História: breve relato do direito primitivo ao direito contemporâneo; Fundamentos do Direito como Ciência; Norma Jurídica (proceptum juris); Interpretação da Norma Jurídica; As fontes do Direito; As fontes materiais; As fontes formais; As fontes estatais do Direito.

OBJETIVO GERAL

• Compreender as características que compõe a ciência do Direito.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar conceitos e epistemologia da ciência do direito; • Entender os fundamentos do Direito como Ciência; • Aprimorar a leitura crítica referente as normas e proposições jurídicas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CIÊNCIA DO DIREITO: CONCEITOS E EPISTEMOLOGIA A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: PARA UMA PESQUISA CIENTÍFICA DO DIREITO PARA ENTENDER A EPISTEMOLOGIA DA COMPLEXIDADE: O PENSAMENTO DE MORIN COMO FAZER CIÊNCIA DO DIREITO NA COMPLEXIDADE? DIREITO E CIÊNCIA NA TEORIA PURA DO DIREITO DE HANS KELSEN UMA LEITURA CRÍTICA NORMAS E PROPOSIÇÕES JURÍDICAS CAUSALIDADE (SER) E IMPUTAÇÃO (DEVER-SER) HISTÓRIA: BREVE RELATO DO DIREITO PRIMITIVO AO DIREITO CONTEMPORÂNEO FUNDAMENTOS DO DIREITO COMO CIÊNCIA NORMA JURÍDICA (PROCEPTUM JURIS) INTERPRETAÇÃO DA NORMA JURÍDICA AS FONTES DO DIREITO AS FONTES MATERIAIS AS FONTES FORMAIS AS FONTES ESTATAIS DO DIREITO

REFERÊNCIA BÁSICA

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. Introdução à Ciência do Direito. 4 ed. São Paulo: Editora Atlas, 2003. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010. SOUZA, Daniel Coelho de. Introdução à Ciência do Direito. 6 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2011.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rieedel, 1992. REALE, Miguel. Lições Preliminares de Direito. 26 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2002. WOLKMER, Antonio Carlos (org.). Fundamentos de História do Direito. Belo Horizonte: Ed. Del Rey, 2008.

PERIÓDICOS

SEGUNDO, Hugo de Brito Machado. É apropriado falar-se em uma “Dogmática Jurídica”?. Cadernos da Escola de Direito. Disponível em: http://apps.unibrasil.com.br/revista/index.php/direito/article/viewFile/103/93. Acesso em: 2 mar. 2013.

75	Pesquisa e Educação a Distância	30

APRESENTAÇÃO

A relação do ensino-aprendizagem na ação didática e no contexto da Educação a Distância no Brasil; EAD e a formação profissional; Ambiente virtual / moodle: conceito, funções e uso; Redes Sociais; Letramento Digital; Inclusão digital; Inovação pedagógica a partir do currículo e da sociedade de informação; Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC); As TIC abrindo caminho a um novo paradigma educacional; Cidadania, Ética e Valores Sociais; Pesquisas web.

OBJETIVO GERAL

Compreender a natureza, importância e possibilidades da Educação a distância no contexto sócio educacional em que vivemos. Analisar a importância do emprego das novas mídias e tecnologias para a formação profissional.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Refletir sobre as possibilidades e limites da educação a distância (EaD).
- Compreender as concepções de educação a distância de acordo com sua evolução histórica.
- Reconhecer a importância da atitude positiva e proativa do aluno da educação a distância.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

RELAÇÃO DO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR (IES) 1. OS PILARES DO ENSINO UNIVERSITÁRIO 2. ESTRATÉGIAS DIDÁTICAS PARA A RELAÇÃO ENSINO-APRENDIZAGEM NAS IES 3.

LEI Nº 5.540/68 E AS IES EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA: POSSIBILIDADES PEDAGÓGICAS PARA AS IES 1. PAPEL DO PROFESSOR FRENTE ÀS TECNOLOGIAS EDUCACIONAIS 2. TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E OS CURSOS EAD 3. AMBIENTES VIRTUAIS DE APRENDIZAGEM - 3.1 CIBERCULTURA OU CULTURAL DIGITAL - 3.2 O CIBERESPAÇO - 3.3 AS TIC COMO ESPAÇO DE APRENDIZAGEM - 3.4 MOODLE - 3.5 REDES E INTERNET LETRAMENTO E INCLUSÃO DIGITAL 1. INCLUSÃO DIGITAL 2. TIC E NOVOS PARADIGMAS EDUCACIONAIS 3. CIDADANIA, ÉTICA E VALORES SOCIAIS METODOLOGIA CIENTÍFICA 1. A PEQUISA E SEUS ELEMENTOS - 1.1 ETAPAS DA PESQUISA 2. CLASSIFICAÇÃO 3. MÉTODO DE PESQUISA: 4. TIPOS DE DADOS 5. FASES DO PROCESSO METODOLÓGICO 6. PESQUISA E PROCEDIMENTOS ÉTICOS 7. TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC)

REFERÊNCIA BÁSICA

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1. LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. _____. Cibercultura. Rio de Janeiro: Editora 34, 1999.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

LÉVY, P. O que é virtual? Rio de Janeiro: Editora 34, 1996. MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org). Pesquisa Social: teoria, método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994. PAPERT, Saymour. A máquina das crianças: repensando a escola na era da informática. Tradução de Sandra Costa. Porto Alegre, Rio Grande do Sul: Artmed, 1993. RAMAL, Andrea Cecília. Educação na cibercultura – Hipertextualidade, Leitura, Escrita e Aprendizagem. Porto Alegre: Artmed, 2002. RICARDO, Stella Maris Bortoni. O professor pesquisador. Introdução à pesquisa qualitativa. São Paulo: Parábola Editora, 2008.

PERIÓDICOS

LEMKE, J. L. Educação, Ciberespaço e Mudança. Em: The Arachnet Electronic Journal on Virtual Culture. 22. 22 de Março de 1993. Vol 1. Nº 1.

4590	**Direito Urbanístico**	**60**

APRESENTAÇÃO

A disciplina pretende compreender, refletir e discutir sobre o Direito Urbanístico; o Direito à Participação nas Políticas Urbanísticas; A Evolução da Participação Popular No Planejamento Urbano Brasileiro; Democracia Participativa e Democracia Representativa no Urbanismo; O Estatuto da Cidade e a Participação Popular; Princípios do Direito Urbanístico e Instrumentos de Regularização Fundiária; Princípio da Afetação das Mais-Valias ao Custo da Urbanificação; Princípio da Função Social da Propriedade; Princípio da Justa Distribuição dos Benefícios e Ônus Derivados da Atuação Urbanística; Princípio da Gestão Democrática da Cidade; Princípio da Função Pública; Princípio da Conformação da Propriedade Urbana; Princípio do Desenvolvimento Sustentável; Princípio da Coesão Dinâmica das Normas Urbanísticas; Princípio da Justiça Social; Princípio da Publicização da Função Urbanística; Princípio da Justa Distribuição dos Ônus e Benefícios da Organização; Princípio da Coesão Dinâmica; Princípio da Distributividade; Instrumentos de Regularização Fundiária no Estatuto da Cidade e a Autonomia, o Objeto e a Natureza Jurídica das Normas do Direito Urbanístico.

OBJETIVO GERAL

Conhecer e adquirir conhecimento em Direito Urbanístico.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar os fundamentos teóricos e doutrinários do Direito Urbanístico;
- Investigar, conceituar e definir, a História e as Fontes do Direito Urbanístico;
- Saber as fontes do Direito e a aplicação do Direito Urbanístico;
- Compreender, refletir e discutir sobre o Estatuto da Cidade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DO DIREITO URBANÍSTICO DIREITO À PARTICIPAÇÃO NAS POLÍTICAS URBANÍSTICAS: avanços após 15 anos de estatuto da cidade NOTAS INICIAIS SOBRE PLANEJAMENTO URBANO A EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO POPULAR NO PLANEJAMENTO URBANO BRASILEIRO DEMOCRACIA PARTICIPATIVA E DEMOCRACIA REPRESENTATIVA NO URBANISMO O ESTATUTO DA CIDADE E A PARTICIPAÇÃO POPULAR PRINCÍPIOS DO DIREITO URBANÍSTICO E INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA PRINCÍPIO DA AFETAÇÃO DAS MAIS-VALIAS AO CUSTO DA URBANIFICAÇÃO PRINCÍPIO DA FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE PRINCÍPIO DA JUSTA DISTRIBUIÇÃO DOS BENEFÍCIOS E ÔNUS DERIVADOS DA ATUAÇÃO URBANÍSTICA PRINCÍPIO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DA CIDADE PRINCÍPIO DA FUNÇÃO PÚBLICA PRINCÍPIO DA CONFORMAÇÃO DA PROPRIEDADE URBANA PRINCÍPIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PRINCÍPIO DA COESÃO DINÂMICA DAS NORMAS URBANÍSTICAS PRINCÍPIO DA JUSTIÇA SOCIAL PRINCÍPIO DA PUBLICIZAÇÃO DA FUNÇÃO URBANÍSTICA PRINCÍPIO DA JUSTA DISTRIBUIÇÃO DOS ÔNUS E BENEFÍCIOS DA ORGANIZAÇÃO PRINCÍPIO DA COESÃO DINÂMICA PRINCÍPIO DA DISTRIBUTIVIDADE INSTRUMENTOS DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA NO ESTATUTO DA CIDADE CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO USUCAPIÃO ESPECIAL DE IMÓVEL URBANO USUCAPIÃO ESPECIAL COLETIVO CONCESSÃO DE USO ESPECIAL PARA FINS DE MORADIA ZONAS ESPECIAIS DE INTERESSE SOCIAL (ZEIS) O DIREITO URBANÍSTICO, O DIREITO FUNDIÁRIO E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS O CONCEITO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS UNIVERSALIDADE HISTORICIDADE INALIENABILIDADE/INDISPONIBILIDADE IMPRESCRITIBILIDADE IRRENUNCIABILIDADE EFETIVIDADE RELATIVIDADE OU LIMITABILIDADE OUTRAS CARACTERÍSTICAS AS DIMENSÕES/GERAÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS O DIREITO FUNDAMENTAL À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA: um novo conceito na política urbana EXISTE UM DIREITO FUNDAMENTAL À REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA? A AUTONOMIA, O OBJETO E A NATUREZA JURÍDICA DAS NORMAS DO DIREITO URBANÍSTICO A LEGISLAÇÃO URBANA MUNICIPAL A LEI DO PERÍMETRO URBANO A LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO A LEI DE ZONEAMENTO O CÓDIGO DE OBRAS O CÓDIGO DE POSTURAS. O ESTATUTO DAS CIDADES (LEI Nº 10.257/01) O PLANO DIRETOR OS DIREITOS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E O IMPACTO NO DIREITO URBANÍSTICO REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA URBANA BRASILEIRA

REFERÊNCIA BÁSICA

CORREIA, Fernando Alves. Manual de Direito do Urbanismo. vol. I, 14. ed. Coimbra: Almedina, 2018.

DALLARI, Adilson Abreu. Desapropriações para fins urbanísticos. Rio de Janeiro: Forense, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Urbanístico – Competências legislativas (Parecer). In: Revista de Direito Público, n. 73. São Paulo: RT,. Revista do Curso de Direito da FSG v.12, n.21, p. 60-84, 2017.

SILVA, José Afonso da. Direito Urbanístico Brasileiro. 10 ed. São Paulo: Malheiros, 2017.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AMARAL, Diogo Freitas do. Ordenamento do território, urbanismo e ambiente. In: Revista Jurídica.

ANDRADE, T.A.; LODDER, C. A. Sistema urbano e cidades médias no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2016.

COSTA, Valestan Milhomenda. Juridicidade dos Loteamentos fechados com a publicidade no Registro de Imóveis. Revista de Direito Imobiliário n° 64, ano 31, 2018.

PERIÓDICOS

BACELETE, Graziella Guerra. Direito à moradia: regularização fundiária de favelas. Revista USCS, Direito, Ano X, nº 16, Jan./Jun., p. 69-83. São Paulo: Universidade Municipal de São Caetano do Sul, 2015.

76	Metodologia do Ensino Superior	30

APRESENTAÇÃO

A função sociocultural do currículo na organização do planejamento: temas geradores, projetos de trabalho, áreas de conhecimento. Analise dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Inovação curricular: metodologia de projetos e a interdisciplinaridade na organização curricular; Implicações didático-pedagógicas para a integração das tecnologias de informação e comunicação na educação.

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma reflexão sobre a atuação do professor como agente de formação de cidadãos críticos e colaborativos.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Aprimorar conceitos ligados a educação contemporânea;
- Reconhecer a importância do planejamento;
- Discutir o currículo escolar na educação de hoje;
- Analisar a Universidade, suas funções e as metodologias e didáticas que estão sendo empregadas.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DOCÊNCIA SUPERIOR — UMA REFLEXÃO SOBRE A PRÁTICA BREVE HISTÓRICO SOBRE O ENSINO SUPERIOR BRASILEIRO FUNÇÃO DOCENTE NA SOCIEDADE CAPITALISTA FORMAÇÃO DO PROFESSOR UNIVERSITÁRIO: POSSIBILIDADES E OS LIMITES QUE COMPROMETEM UMA PRÁTICA REFLEXIVA A DIDÁTICA E O ENSINO SUPERIOR A DIDÁTICA E SUAS CONTRIBUIÇÕES TEÓRICO/TÉCNICO/OPERACIONAL OS DESAFIOS NA FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS PARA O ENSINO UNIVERSITÁRIO QUESTÕES DE METODOLOGIA DO ENSINO SUPERIOR – A TEORIA HISTÓRICO-CULTURAL DA ATIVIDADE DE APRENDIZAGEM O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO – O ENSINO DESENVOLVIMENTAL PLANO INTERIOR DAS AÇÕES PROCEDIMENTO METODOLÓGICO GERAL (EXPLICITAÇÃO) INTERNALIZAÇÃO DOS CONCEITOS REQUISITOS PARA O PLANEJAMENTO DO ENSINO ETAPAS DO PROCESSO DE ASSIMILAÇÃO DE GALPERIN MOMENTOS OU ETAPAS DA ATIVIDADE COGNOSCITIVA HUMANA PLANEJAMENTO DE ENSINO: PECULIARIDADES SIGNIFICATIVAS ESTRUTURA DE PLANO DE CURSO

REFERÊNCIA BÁSICA

ANDRÉ, Marli (org). O papel da pesquisa na formação e na prática dos professores. Campinas: Papirus, 2001. (Prática Pedagógica). p. 55-68. CARVALHO, A. D. Novas metodologias em educação, Coleção Educação, São Paulo, Porto Editora, 1995. GARCIA, M. M.ª: A didática do ensino superior, Campinas, Papirus, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

GHIRALDELLI JUNIOR, Paulo. História da Educação Brasileira. 4ª. Ed. São Paulo: Cortez, 2009. GODOY: A didática do ensino superior, São Paulo, Iglu, 1998. LEITE, D., y MOROSINI, M. (orgs.): Universidade futurante: Produção do ensino e inovação, Campinas, Papirus, 1997. LIBÂNEO, José Carlos: Didática, São Paulo, Cortez, 1994. MASETTO,

Marcos Tarciso (Org.) Docência na universidade. 9ª. ed. Campinas: Papirus, 2008.

PERIÓDICOS

PACHANE, Graziela Giusti. Educação superior e universidade: algumas considerações terminológicas e históricas de seu sentido e suas finalidades. In: Anais do VI Congresso Luso-brasileiro de História da Educação, 2006, p. 5227.

507	Tópicos Especiais da Ciência do Direito	30

APRESENTAÇÃO

Direito, Ética e Moral; Direito e Equidade; Equidade como Instrumento de Integração de Lacunas; Direito e Justiça: Uma relação tormentosa, mas necessária; Os Filósofos e as Visões da Justiça; "Conceitos" de Justiça; A Equidade e a Justiça; Arbitrariedade e a Justiça; Elementos da Justiça na sua Manifestação Existencial; Justiça como um Valor; Justiça como Princípio; Reflexões sobre Moral, Ética e Direito e sua Influência sobre as Profissões Jurídicas; A Questão Ética enquanto Questão Moral; Ética, Moral e Direito e o Problema da Coercibilidade; Positivismo Jurídico e sua Influência Sobre e Ética; A Sociedade Como Início e Fim Da Ciência Jurídica; Cooperação Entre Moral e Direito na Construção da Ordem Jurídica Nacional; A Crise Referente ao Exercício das Profissões Jurídicas no Brasil; Direitos Sociais, Econômicos e Culturais e Direitos Civis e Políticos; Como Compreender a Concepção Contemporânea de Direitos Humanos?; Questões Éticas Contemporâneas.

OBJETIVO GERAL

• Analisar e Discutir os fundamentos norteadores da ciência do direito, compreendendo a formação histórico social.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os princípios do direito, ética e moral • Estabelecer uma discussão crítica a respeito da Filosofia do direito • Compreender os conceitos dos direitos sociais, econômicos e culturais e direitos civis e políticos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO, ÉTICA E MORAL DIREITO E EQUIDADE EQUIDADE COMO INSTRUMENTO DE INTEGRAÇÃO DE LACUNAS DIREITO E JUSTIÇA: UMA RELAÇÃO TORMENTOSA, MAS NECESSÁRIA OS FILÓSOFOS E AS VISÕES DA JUSTIÇA "CONCEITOS" DE JUSTIÇA A EQUIDADE E A JUSTIÇA ARBITRARIEDADE E A JUSTIÇA ELEMENTOS DA JUSTIÇA NA SUA MANIFESTAÇÃO EXISTENCIAL JUSTIÇA COMO UM VALOR JUSTIÇA COMO PRINCÍPIO REFLEXÕES SOBRE MORAL, ÉTICA E DIREITO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE AS PROFISSÕES JURÍDICAS A QUESTÃO ÉTICA ENQUANTO QUESTÃO MORAL ÉTICA, MORAL E DIREITO E O PROBLEMA DA COERCIBILIDADE POSITIVISMO JURÍDICO E SUA INFLUÊNCIA SOBRE A ÉTICA A SOCIEDADE COMO INÍCIO E FIM DA CIÊNCIA JURÍDICA COOPERAÇÃO ENTRE MORAL E DIREITO NA CONSTRUÇÃO DA ORDEM JURÍDICA NACIONAL A CRISE REFERENTE AO EXERCÍCIO DAS PROFISSÕES JURÍDICAS NO BRASIL DIREITOS SOCIAIS, ECONÔMICOS E CULTURAIS E DIREITOS CIVIS E POLÍTICOS COMO COMPREENDER A CONCEPÇÃO CONTEMPORÂNEA DE DIREITOS HUMANOS? QUESTÕES ÉTICAS CONTEMPORÂNEAS

REFERÊNCIA BÁSICA

ALEXANDRINO, Marcelo; PAULO, Vicente. Direito Administrativo descomplicado. 19 ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2011. CORTINA, Adela; MARTINEZ, Emílio. Ética. Trad. Ilvana Cobucci Leite. São Paulo: Loyola, 2009. GRAU, Eros Roberto. O Direito Posto e o Direito Pressuposto. 5 ed. São Paulo: Editora Malheiros, 2003. GUIMARÃES, Deocleciano Torrieri (org.) Dicionário compacto jurídico. 14 ed. São Paulo: Rideel, 2010.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ACQUAVIVA, Marcus Cláudio. Dicionário Enciclopédico de Direito. São Paulo: Rideel, 1992. BARROSO, Carlos Eduardo Ferraz de Mattos. Teoria geral do processo e processo de conhecimento. São Paulo: Saraiva, 1999. (Sinopses Jurídicas, 11). BETIOLI, Antonio Bento. Introdução ao Estudo do Direito. 8 ed. São Paulo: Editora Letras e

Letras, 2002. Diniz, Maria Helena. Conceito de Norma Jurídica como Problema de Essência. São Paulo: Saraiva, 1985. GUSMÃO, Paulo Dourado de. Filosofia do Direito. Rio de Janeiro: Forense, 1985. LIMA, Hermes. Introdução à Ciência do Direito. 31 ed. Rio de Janeiro: Freitas Bastos,1996.

PERIÓDICOS

GAMA, Tácio Lacerda. Obrigação e Crédito Tributário- anotações as margens da teoria de Paulo Barros Carvalho-Revista Tributária e Finanças-v.11,n.50, maio/junho, 2003.

77	Metodologia do Trabalho Científico	60

APRESENTAÇÃO

A natureza do conhecimento e do método científico. Planejamento, organização e sistematização de protocolos de pesquisa. Identificação dos diferentes métodos de investigação científica. Organização do estudo e da atividade acadêmica como condição de pesquisa. A documentação como método de estudo. Estrutura, apresentação e roteiro dos trabalhos acadêmicos. A normatização da ABNT.

OBJETIVO GERAL

Compreender os aspectos teóricos e práticos referentes à elaboração de trabalhos científicos, enfatizando a importância do saber científico no processo de produção do conhecimento.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Utilizar diferentes métodos de estudo e pesquisa;
- Ter capacidade de planejamento e execução de trabalhos científicos;
- Conhecer as etapas formais de elaboração e apresentação de trabalhos científicos;
- Saber usar as Normas Técnicas de Trabalhos Científicos.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. INTRODUÇÃO 2 CONHECIMENTO E SEUS NÍVEIS 2.1 O QUE É CONHECIMENTO? / 2.2 TIPOS DE CONHECIMENTOS 2.3 CONHECIMENTO EMPÍRICO / 2.4 CONHECIMENTO FILOSÓFICO 2.5 CONHECIMENTO TEOLÓGICO / 2.6 CONHECIMENTO CIENTÍFICO 3 CIÊNCIA 3.1 CARACTERÍSTICAS DA CIÊNCIA / 3.2 DIVISÃO DA CIÊNCIA 3.3 ASPECTOS LÓGICOS DA CIÊNCIA / 3.4 CLASSIFICAÇÃO DAS CIÊNCIAS 4 MÉTODO CIENTÍFICO 4.1 MÉTODO CIENTÍFICO E CIÊNCIA / 4.2 MÉTODO DEDUTIVO 4.3 MÉTODO INDUTIVO 5 PROJETO DE PESQUISA 5.1 O QUE OBSERVAR EM PESQUISA / 5.2 TIPOS DE PESQUISA 5.3 PESQUISA EXPLORATÓRIA/ BIBLIOGRÁFICA / 5.4 PESQUISA DESCRITIVA 5.5 PESQUISA EXPERIMENTAL 6 FASES DA PESQUISA 6.1 QUANTO À ESCOLHA DO TEMA / 6.2 HIPÓTESE DE PESQUISA 6.3 OBJETIVO DE PESQUISA / 6.4 ESTUDOS QUANTITATIVOS 6.5 ESTUDOS QUALITATIVOS / 6.6 MÉTODO DE COLETA DE DADOS 6.7 FORMULÁRIO DE COLETA DE DADOS / 6.8 AMOSTRAGEM DE PESQUISA 6.9 ELABORAÇÃO DOS DADOS / 6.10 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS 6.11 RELATÓRIO DE PESQUISA 7 ARTIGO CIENTÍFICO 8 MONOGRAFIA 8.1 ESTRUTURA DA MONOGRAFIA 8.2 DETALHANDO OS ELEMENTOS PRÉ-TEXTUAIS 8.3 ELEMENTOS TEXTUAIS 8.4 REFERÊNCIAS 8.5 APÊNDICE 8.6 ANEXO 9 CITAÇÕES DIRETAS E INDIRETAS CITAÇÕES INDIRETAS OU LIVRES CITAÇÃO DA CITAÇÃO 10 FORMATO DO TRABALHO ACADÊMICO 11 TRABALHOS ACADÊMICOS 11.1 FICHAMENTO 11.2 RESUMO 11.3 RESENHA 12 RECOMENDAÇÕES PARA EVITAR O PLÁGIO

REFERÊNCIA BÁSICA

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A. Metodologia científica. 3.ed. São Paulo: McGraw-Hill do Brasil, 1993.

GALLIANO, A. G. (Org.). O método científico: teoria e prática. São Paulo: Harper &Row do Brasil, 1999.

KOCHE, José Carlos. Fundamento de metodologia científica. 3. ed. Caxias do Sul:UCS; Porto Alegre: EST, 1994.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6022: Informação e documentação — Referências — Elaboração. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 6027: Informação e documentação — Sumário — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 14724: Informação e documentação — Trabalhos acadêmicos — Apresentação. Rio de Janeiro, 2005.

LEHFEL, Neide Aparecida de Souza. Projeto de Pesquisa: propostas metodológicas. Rio de Janeiro: Vozes, 1990.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

4774	O Direito Notarial e Registral e os Negócios Imobiliários	60

APRESENTAÇÃO

Direito Notarial e Registral e os Negócios Imobiliários; A Pós-Modernidade e as Mudanças Paradigmáticas para o Direito e os Negócios Imobiliários; Princípios Norteadores da Função Notarial; Princípio da Fé Pública; Princípio da Autoria e Responsabilidade; Princípio do Controle da Legalidade; Princípio da Imparcialidade e Independência; Princípio da Unicidade do Ato; Princípio da Conservação; Princípio do Dever de Exercício; Princípio da Forma de Ser; A Função (Social) do Direito Notarial; A Evolução Histórica do Direito Notarial; A Origem da Atividade Notarial; O Notariado Como Ciência e Atividade Técnico-Jurídica; A Atividade Notarial no Brasil; O Notário na Constituição de 1988 e a Atuação do Conselho Nacional de Justiça Junto Aos Tribunais De Justiça Estaduais; Os Notários Na Organização Judiciária Brasileira; O Notário Como Consultor Jurídico e Agente de Prevenção de Litígios; Do Exercício da Atividade Notarial e Registral; A Independência dos Notários e Registradores; Do Sigilo Profissional; Da Fé Publica; Segurança Jurídica, Autenticidade e Eficácia; Segurança Jurídica; Os Principais Eventos da Vida Passam Por Uma Serventia Extrajudicial; Do Alcance Social; Da Evolução Jurídica; Princípios do Direito Registral Imobiliário Brasileiro: Uma Abordagem Sistêmica do Registro Imobiliário no Brasil; O Registro de Imóveis e sua Eficácia; Princípios do Direito Registral Brasileiro; Princípio da Continuidade; Princípio da Especialidade; Princípio da Disponibilidade; Princípio da Publicidade; Princípio da Prioridade; Princípio da Instância; Princípio da Unitariedade da Matrícula; Princípio da Legalidade; Princípio da Presunção e da Fé Pública; Princípio da Inscrição; A "Lei da Desburocratização" e as Inovações Para o Serviço Notarial e Registral; a Relação entre o Direito Notarial e Registral e o Direito Imobiliário; As Atribuições do Notário no Código Civil de 2002, na Lei 11.441/2007 e Aspectos Controvertidos; Os Desafios da Atividade Notarial na Sociedade Moderna.

OBJETIVO GERAL

Conhecer o direito notarial e registral e os negócios imobiliários.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar os fundamentos teóricos e doutrinários do Direito notarial e registral;
- Investigar, conceituar e definir, a História e as Fontes do Direito notarial e registral;

- Descrever as fontes do Direito e a aplicação do direito notarial e dos negócios imobiliários;
- Compreender, refletir e discutir sobre os princípios do Direito Registral Brasileiro.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL E OS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS; A PÓS-MODERNIDADE E AS MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS PARA O DIREITO E OS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS; PRINCÍPIOS NORTEADORES DA FUNÇÃO NOTARIAL; PRINCÍPIO DA FÉ PÚBLICA; PRINCÍPIO DA AUTORIA E RESPONSABILIDADE; PRINCÍPIO DO CONTROLE DA LEGALIDADE; PRINCÍPIO DA IMPARCIALIDADE E INDEPENDÊNCIA; PRINCÍPIO DA UNICIDADE DO ATO; PRINCÍPIO DA CONSERVAÇÃO; PRINCÍPIO DO DEVER DE EXERCÍCIO; PRINCÍPIO DA FORMA DE SER; A FUNÇÃO (SOCIAL) DO DIREITO NOTARIAL; A EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO NOTARIAL; A ORIGEM DA ATIVIDADE NOTARIAL; O NOTARIADO COMO CIÊNCIA E ATIVIDADE TÉCNICO-JURÍDICA; A ATIVIDADE NOTARIAL NO BRASIL; O NOTÁRIO NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 E A ATUAÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA JUNTO AOS TRIBUNAIS DE JUSTIÇA ESTADUAIS; OS NOTÁRIOS NA ORGANIZAÇÃO JUDICIÁRIA BRASILEIRA; O NOTÁRIO COMO CONSULTOR JURÍDICO E AGENTE DE PREVENÇÃO DE LITÍGIOS; DO EXERCÍCIO DA ATIVIDADE NOTARIAL E REGISTRAL; A INDEPENDÊNCIA DOS NOTÁRIOS E REGISTRADORES; DO SIGILO PROFISSIONAL; DA FÉ PÚBLICA; SEGURANÇA JURÍDICA, AUTENTICIDADE E EFICÁCIA; SEGURANÇA JURÍDICA; OS PRINCIPAIS EVENTOS DA VIDA PASSAM POR UMA SERVENTIA EXTRAJUDICIAL; DO ALCANCE SOCIAL; DA EVOLUÇÃO JURÍDICA; PRINCÍPIOS DO DIREITO REGISTRAL IMOBILIÁRIO BRASILEIRO: UMA ABORDAGEM SISTÊMICA DO REGISTRO IMOBILIÁRIO NO BRASIL; O REGISTRO DE IMÓVEIS E SUA EFICÁCIA; PRINCÍPIOS DO DIREITO REGISTRAL BRASILEIRO; PRINCÍPIO DA CONTINUIDADE; PRINCÍPIO DA ESPECIALIDADE; PRINCÍPIO DA DISPONIBILIDADE; PRINCÍPIO DA PUBLICIDADE; PRINCÍPIO DA PRIORIDADE; PRINCÍPIO DA INSTÂNCIA; PRINCÍPIO DA UNITARIEDADE DA MATRÍCULA; PRINCÍPIO DA LEGALIDADE; PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO E DA FÉ PÚBLICA; PRINCÍPIO DA INSCRIÇÃO; A "LEI DA DESBUROCRATIZAÇÃO" E AS INOVAÇÕES PARA O SERVIÇO NOTARIAL E REGISTRAL; A RELAÇÃO ENTRE O DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL E O DIREITO IMOBILIÁRIO; AS ATRIBUIÇÕES DO NOTÁRIO NO CÓDIGO CIVIL DE 2002, NA LEI 11.441/2007 E ASPECTOS CONTROVERTIDOS; OS DESAFIOS DA ATIVIDADE NOTARIAL NA SOCIEDADE MODERNA.

REFERÊNCIA BÁSICA

ALMEIDA JÚNIOR, João Mendes de; BRANDELLI, Leonardo. Teoria Geral do Direito Notarial. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

BALBINO FILHO, Nicolau. Direito Imobiliário Registral. São Paulo: Saraiva, 2017.

BRAGA, Marcelo. Cartórios: a importância e a evolução histórica. Disponível em: . Acesso em: 17 jan. 2019. DIP, Ricardo; JACOMINO, Sérgio (org.). Doutrinas Essenciais (7 volumes). Direito Registral. Revista dos Tribunais: São Paulo, 2018.

ERPEN, Décio Antonio. A Atividade Notarial e Registral: Uma Organização Social Pré-Jurídica. Revista de Direito Imobiliário, São Paulo, Revista dos Tribunais, n. 35/36, p. 37-39, jan./dez.

2017. _____. A responsabilidade Civil, Penal e Administrativa dos Notários e Registradores. Colégio Notarial do Brasil – Seção do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, n. 01, p. 1-16, 2017.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRANDELLI, Leonardo. Teoria Geral do Direito Notarial. 13 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Direito administrativo. 17 ed. São Paulo: Atlas, 2004.

FIRMO DA SILVA, Antônio Augusto. In: FRANÇA, R. Limongi (Org). Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 2016. SWENSSON NETO, Renato. SWENSOON, Alessandra Seino Granja. Lei de registros públicos anotada. 4 ed. São Paulo: Editora Juarez de Oliveira, 2016.

PERIÓDICOS

EVANGELISTA, João Emanuel. Elementos para uma crítica da cultura pós-moderna. In: Revista Novos Rumos, São Paulo, n. 34, 2015.

4773	Temas Fundamentais para o Direito Imobiliário	60

APRESENTAÇÃO

Temas Fundamentais para o Direito Imobiliário; O Direito Urbanístico e o Direito do Ordenamento Territorial; Matéria, Princípios e Autonomia do Direito Urbanístico; Direito do Ordenamento Territorial; Competências Constitucionais em Matéria de Direito Urbanístico e Direito do Ordenamento Territorial; A Gestão Pública Municipal e Legislação Urbana; Lei de Zoneamento; Lei de Parcelamento do Solo; Lei do Perímetro Urbano; Código de Posturas; Código de Obras; O Estatuto das Cidades; O Plano Diretor; O Direito de Propriedade; Fundamentos do Direito de Propriedade; Direitos de Domínio; O Direito à Habitação e da Habitação; Extinção do Direito de Habitação; A Proteção e a Perda da Propriedade; A Ação Reivindicatória; A Ação Demarcatória; A Perda da Propriedade; Da Perda da Propriedade Por Alienação; Da Perda da Propriedade Por Renúncia; Da Perda da Propriedade Por Abandono; Da Perda da Propriedade Por Perecimento; Da Perda da Propriedade Por Desapropriação; Outras Formas de Perda da Propriedade; Da Arrematação; Da Adjudicação; Da Propriedade Resolúvel; Do Confisco; Da Requisição.

OBJETIVO GERAL

Conhecer os temas fundamentais para o direito imobiliário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os fundamentos teóricos e doutrinários do Direito Urbanístico;

• Investigar, conceituar e definir, a História e as Fontes do Direito de propriedade;

• Diferenciar as fontes do Direito e a aplicação do direito do ordenamento territorial;

• Compreender, refletir e discutir sobre o direito de habitação e da propriedade.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TEMAS FUNDAMENTAIS PARA O DIREITO IMOBILIÁRIO; O DIREITO URBANÍSTICO E O DIREITO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL; MATÉRIA, PRINCÍPIOS E AUTONOMIA DO DIREITO URBANÍSTICO; DIREITO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL; COMPETÊNCIAS CONSTITUCIONAIS EM MATÉRIA DE DIREITO URBANÍSTICO E DIREITO DO ORDENAMENTO TERRITORIAL; A GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL E LEGISLAÇÃO URBANA; LEI DE ZONEAMENTO; LEI DE PARCELAMENTO DO SOLO; LEI DO PERÍMETRO URBANO; CÓDIGO DE POSTURAS; CÓDIGO DE OBRAS; O ESTATUTO DAS CIDADES; O PLANO DIRETOR; O DIREITO DE PROPRIEDADE; FUNDAMENTOS DO DIREITO DE PROPRIEDADE; DIREITOS DE DOMÍNIO; O DIREITO À HABITAÇÃO E DA HABITAÇÃO; EXTINÇÃO DO DIREITO DE HABITAÇÃO; A PROTEÇÃO E A PERDA DA PROPRIEDADE; A AÇÃO REIVINDICATÓRIA; A AÇÃO DEMARCATÓRIA; A PERDA DA PROPRIEDADE; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR ALIENAÇÃO; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR RENÚNCIA; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR ABANDONO; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR PERECIMENTO; DA PERDA DA PROPRIEDADE POR DESAPROPRIAÇÃO; OUTRAS FORMAS DE PERDA DA PROPRIEDADE; DA

ARREMATAÇÃO; DA ADJUDICAÇÃO; DA PROPRIEDADE RESOLÚVEL; DO CONFISCO; DA REQUISIÇÃO.

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. Negócio jurídico I. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). Enciclopédia Saraiva de Direito, São Paulo: Saraiva, 2017.

AMARO, Luciano. Direito Tributário Brasileiro. 14 ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

ALMEIDA, Washington Carlos de. Direito Imobiliário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2015. BRASIL. Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2019. BRASIL. Ministério Público Federal, Secretaria de Cooperação Internacional. Tratados de direitos humanos: Sistema internacional de proteção aos direitos humanos, Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos, vol. I, Brasília, 2016.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo: Editora 34/Edusp, 2015. PINTO, Victor Carvalho. Direito urbanístico: plano diretor e direito de propriedade. 3 ed. São Paulo: RT, 2017.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALEXANDRE, Ricardo. Direito Tributário esquematizado. São Paulo: Método, 2017.

BASTOS, Celso Ribeiro. Curso de direito administrativo. São Paulo: Saraiva, 2016.

BERCOVICI, Gilberto Comentários à Constituição Federal de 1988. coord. Paulo Bonavides, Jorge Miranda, Walber de Moura Agra. Rio de Janeiro: Forense, 2017.

CHAVES, Francisco Coutinho. Planejamento Tributário na Prática. São Paulo: Atlas, 2018. FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). Enciclopédia Saraiva de Direito. São Paulo: Saraiva, 2017.

LOUREIRO, José Eduardo. Alienação fiduciária de coisa imóvel. Revista do Advogado, São Paulo, n. 63, p. 86-95, jun. 2015. MACHADO, Hugo de Brito. Curso de direito tributário. 30 ed. São Paulo: Malheiros, 2015. VIANA, Marco Aurélio S. Direito das Coisas. São Paulo: Aquarela, 2017.

PERIÓDICOS

COÊLHO, Bruna Fernandes. Comentários acerca da desapropriação. In: Âmbito Jurídico, Rio Grande, XIV, n. 89, jun 2011. Disponível em: . Acesso em: 10 abr. 2019.

4778	O Direito Aplicado aos Negócios Imobiliários	45

APRESENTAÇÃO

O Direito Aplicado aos Negócios Imobiliários; A Segurança Jurídica Documental nos Negócios Imobiliários de Venda e Compra: Cautela e Responsabilidade das Partes; A Segurança Jurídica dos Negócios; A Segurança Jurídica nos Negócios Imobiliários; A Boa-Fé dos Negócios Imobiliários; A Cautela nos Negócios Imobiliários; O Terceiro de Boa-Fé nos Negócios Imobiliários; A Cautela Extra nos Negócios Imobiliários; A Nova Lei da Concentração das Pendências na Matrícula do Imóvel; A Aplicação do Código de Defesa do Consumidor Aos Contratos Imobiliários; A Relação de Consumo; O Contrato de Consumo; Contratos Imobiliários e Aplicação do CDC; O Direito no uso da Análise de Investimentos em Incorporações Imobiliárias; Características do Produto Imobiliário; Estratégia e Geração de Valor; Métodos de Avaliação de Projetos; Métodos Tradicionais que Desconsideram o Valor do Dinheiro no Tempo; Métodos Tradicionais que Consideram o Valor do Dinheiro no Tempo; Outros Métodos de Avaliação de Projetos; Resultados de Alguns Levantamentos (Surveys); Resultados da Pesquisa; Negócios Imobiliários: Loteamentos,

Condomínios Fechados e Shopping Centers; Definição e Conceitos Epistemológicos; Condomínios; Loteamento e Condomínio Fechado; Empreendimentos para Baixa Renda; Shopping Centers; Empreendimentos Hoteleiros; Investidores Imobiliários e Hoteleiros; Planejamento de um Empreendimento Hoteleiro; Como a Tecnologia Gera Novos Negócios Imobiliários?; Tipos de Tecnologias para Negócios Imobiliários; Geolocalização; Menos Telefone mais Aplicativos de Mensagens; Plataformas Digitais.

OBJETIVO GERAL

Especializar em direito aplicado aos negócios imobiliários.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Analisar os fundamentos teóricos e doutrinários do direito aplicado aos negócios imobiliários;

• Investigar, conceituar e definir, a segurança jurídica documental nos negócios imobiliários de venda e compra: cautela e responsabilidade das partes;

• Analisar as fontes do Direito e a aplicação do direito no uso da análise de investimentos em incorporações imobiliárias; características do produto imobiliário; estratégia e geração de valor;

• Compreender, refletir e discutir sobre a aplicação do código de defesa do consumidor aos contratos imobiliários; a relação de consumo; o contrato de consumo; contratos imobiliários e aplicação do CDC.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DO DIREITO APLICADO AOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A SEGURANÇA JURÍDICA DOCUMENTAL NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS DE VENDA E COMPRA: cautela e responsabilidade das partes A SEGURANÇA JURÍDICA DOS NEGÓCIOS A SEGURANÇA JURÍDICA NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A BOA-FÉ DOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A CAUTELA NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS O TERCEIRO DE BOA-FÉ NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A CAUTELA EXTRA NOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS A NOVA LEI DA CONCENTRAÇÃO DAS PENDÊNCIAS NA MATRÍCULA DO IMÓVEL A APLICAÇÃO DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR AOS CONTRATOS IMOBILIÁRIOS A RELAÇÃO DE CONSUMO O CONTRATO DE CONSUMO. CONTRATOS IMOBILIÁRIOS E APLICAÇÃO DO CDC O USO DA ANÁLISE DE INVESTIMENTOS EM INCORPORAÇÕES IMOBILIÁRIAS OBJETIVO DA PESQUISA CLASSIFICAÇÃO E METODOLOGIA DA PESQUISA CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA METODOLOGIA DA PESQUISA FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA CARACTERÍSTICAS DO PRODUTO IMOBILIÁRIO ESTRATÉGIA E GERAÇÃO DE VALOR MÉTODOS DE AVALIAÇÃO DE PROJETOS RESULTADOS DA PESQUISA NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS: loteamentos, condomínios fechados e shopping centers DEFINIÇÃO E CONCEITO EPISTEMOLÓGICO CONDOMÍNIOS LOTEAMENTO E CONDOMÍNIO FECHADO EMPREENDIMENTOS PARA BAIXA RENDA SHOPPING CENTERS EMPREENDIMENTOS HOTELEIROS INVESTIDORES IMOBILIÁRIOS E HOTELEIROS PLANEJAMENTO DE UM EMPREENDIMENTO HOTELEIRO A RELAÇÃO ENTRE AS NOVAS TECNOLOGIAS E A GERAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS TENDÊNCIAS DE TECNOLOGIAS NO MERCADO IMOBILIÁRIO GEOLOCALIZAÇÃO MENOS TELEFONE MAIS APLICATIVOS DE MENSAGENS PLATAFORMAS DIGITAIS

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. Negócio jurídico I. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). Enciclopédia Saraiva de Direito, São Paulo: Saraiva, 2017. BALBINO FILHO, Nicolau. Direito Imobiliário Registral. São Paulo: Saraiva, 2015. CARRIJO, Vinicius Antonio. A segurança jurídica documental nos negócios imobiliários de venda e compra: cautela e responsabilidade das partes. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 23, n. 5593, 24 out. 2018. Disponível em: . Acesso em: 2 abr. 2019. LINDENBERG FILHO, Sylvio de Campos. Guia prático do Corretor de Imóveis: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2012. ROSALMEIDA, Natalia de. A aplicação do Código de Defesa do Consumidor aos contratos imobiliários. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 21, n. 4641, 16 mar. 2016. Disponível em: . Acesso em: 4 abr. 2019. SEBRAE-SP. Comece certo: imobiliária. São Paulo: SEBRAE, 2015.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, Washington Carlos de. Direito Imobiliário. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013. ANGELIS NETO, Paschoal de; RODRIGUES, Rodrigo Felix. Princípios do Direito Registral Imobiliário Brasileiro (2008). Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2019. ANTUNES, Luciana Rodrigues. Introdução ao Direito Notarial e Registral. Jus Navigandi, Teresina, ano 10, n. 691, 27 maio2005. Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2019. ARRUDA ALVIM. Cláusulas Abusivas e seu controle no direito brasileiro, RDC 20/33. 2018. BÉO, Cintia Regina. Contratos. São Paulo: Harbra, 2014. BESBATI, Marlon. Responsabilidade civil do corretor de imóveis. Itajaí: Univali, 2018. Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2019.

PERIÓDICOS

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 05.10.1988. Disponível em: . Acesso em: 5 abr. 2019.

4776	O Direito e as Responsabilidades do Corretor de Imóveis	60

APRESENTAÇÃO

Direito e das responsabilidades do corretor de imóveis; Responsabilidade civil na corretagem de imóveis: Mais do que um conceito, uma obrigação legal e cidadã; a responsabilidade civil do corretor de imóveis no atual código civil; Compra e venda de imóveis: corretor e imobiliária Respondem Solidariamente; A relação entre o corretor de imóveis e o Consumidor; O direito, o mercado imobiliário e o corretor de imóveis; Facilidade de acesso ao mercado imobiliário; A corretagem e o novo código civil; direitos, deveres, obrigações do profissional da corretagem; Perfil Profissional; O contrato de Corretagem; A responsabilidade civil na corretagem: A aplicabilidade do Direito; Fundamentos da Responsabilidade Civil; Espécies de Responsabilidade Civil; Responsabilidade Civil e Penal; A Responsabilidade Contratual e Extracontratual; Responsabilidade Subjetiva e Objetiva; Responsabilidade Civil Nas Relações de Consumo; Campo de Incidência das Normas; O Código de Defesa do Consumidor; Responsabilidade Civil no CDC; O Contrato de Corretagem de Imóveis e as inovações da Lei que regulamenta a atividade de corretor de imóveis; Noção de Contrato Lato Sensu; Peculiaridades da Subespécie Contratual de corretagem de Imóveis; Princípios Fundamentais Aplicáveis ao contrato de corretagem; natureza profissional do corretor de imóveis; Responsabilidade Civil; Remuneração; Inovações da Lei 6.530; Das Competências do Corretor de Imóveis; A Responsabilidade; Tipos; Responsabilidade Civil do Corretor de Imóveis; Responsabilidade Perante o conselho federal e os regionais; Responsabilidade diante o Código Civil; Responsabilidade Diante o Código d Defesa do Consumidor; Responsabilidade com Relação À Informação, Documentação e Transação Imobiliária; O Código de Ética da Profissão de Corretor; Ética na Corretagem; O Código de Ética da Profissão.

OBJETIVO GERAL

Especializar em direito e as responsabilidades do corretor de imóveis.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Analisar os fundamentos teóricos e doutrinários do Direito e das responsabilidades do corretor de imóveis;
- Investigar, conceituar e definir, a História da corretagem e do novo código civil; direitos, deveres, obrigações do profissional da corretagem;
- Analisar as fontes do Direito e a aplicação da responsabilidade civil nas relações de consumo.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

DIREITO E DAS RESPONSABILIDADES DO CORRETOR DE IMÓVEIS; RESPONSABILIDADE CIVIL NA CORRETAGEM DE IMÓVEIS: MAIS DO QUE UM CONCEITO, UMA OBRIGAÇÃO LEGAL E CIDADÃ; A

RESPONSABILIDADE CIVIL DO CORRETOR DE IMÓVEIS NO ATUAL CÓDIGO CIVIL; COMPRA E VENDA DE IMÓVEIS: CORRETOR E IMOBILIÁRIA RESPONDEM SOLIDARIAMENTE; A RELAÇÃO ENTRE O CORRETOR DE IMÓVEIS E O CONSUMIDOR; O DIREITO, O MERCADO IMOBILIÁRIO E O CORRETOR DE IMÓVEIS; FACILIDADE DE ACESSO AO MERCADO IMOBILIÁRIO; A CORRETAGEM E O NOVO CÓDIGO CIVIL; DIREITOS, DEVERES, OBRIGAÇÕES DO PROFISSIONAL DA CORRETAGEM; PERFIL PROFISSIONAL; O CONTRATO DE CORRETAGEM; A RESPONSABILIDADE CIVIL NA CORRETAGEM: A APLICABILIDADE DO DIREITO; FUNDAMENTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL; ESPÉCIES DE RESPONSABILIDADE CIVIL; RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL; A RESPONSABILIDADE CONTRATUAL E EXTRACONTRATUAL; RESPONSABILIDADE SUBJETIVA E OBJETIVA; RESPONSABILIDADE CIVIL NAS RELAÇÕES DE CONSUMO; CAMPO DE INCIDÊNCIA DAS NORMAS; O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR; RESPONSABILIDADE CIVIL NO CDC; O CONTRATO DE CORRETAGEM DE IMÓVEIS E AS INOVAÇÕES DA LEI QUE REGULAMENTA A ATIVIDADE DE CORRETOR DE IMÓVEIS; NOÇÃO DE CONTRATO LATO SENSU; PECULIARIDADES DA SUBESPÉCIE CONTRATUAL DE CORRETAGEM DE IMÓVEIS; PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS APLICÁVEIS AO CONTRATO DE CORRETAGEM; NATUREZA PROFISSIONAL DO CORRETOR DE IMÓVEIS; RESPONSABILIDADE CIVIL; REMUNERAÇÃO; INOVAÇÕES DA LEI 6.530; DAS COMPETÊNCIAS DO CORRETOR DE IMÓVEIS; A RESPONSABILIDADE; TIPOS; RESPONSABILIDADE CIVIL DO CORRETOR DE IMÓVEIS; RESPONSABILIDADE PERANTE O CONSELHO FEDERAL E OS REGIONAIS; RESPONSABILIDADE DIANTE O CÓDIGO CIVIL; RESPONSABILIDADE DIANTE O CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR; RESPONSABILIDADE COM RELAÇÃO À INFORMAÇÃO, DOCUMENTAÇÃO E TRANSAÇÃO IMOBILIÁRIA; O CÓDIGO DE ÉTICA DA PROFISSÃO DE CORRETOR; ÉTICA NA CORRETAGEM; O CÓDIGO DE ÉTICA DA PROFISSÃO.

REFERÊNCIA BÁSICA

AVVAD, Pedro Elias. Direito Imobiliário: Teoria Geral e Negócios Imobiliários. Rio de Janeiro: Renovar, 2018. BRASIL. Lei n. 6.530 de 12 de maio de 1978. Dá nova regulamentação à profissão de Corretor de Imóveis, disciplina o funcionamento de seus órgãos de fiscalização e dá outras providências. Disponível em: . Acesso em: 3 maio 2019. COLTRO, Antônio Carlos Mathias. Contrato de corretagem imobiliária. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2017. LINDENBERG FILHO, Sylvio de Campos. Guia prático do Corretor de Imóveis: fundamentos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2017. SEBRAE-SP. Comece certo: imobiliária. São Paulo: SEBRAE, 2015.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

BRASIL. Constituição (1988). Brasília, DF, 5 out. 1988.p. 20. Vade Mecum Acadêmico de Direito Rideel / Anne Joyce Angher, organização. 21 ed. São Paulo: Rideel, 2015. MORAES, Maria Celina Bodin de. GUEDES, Gisela Sampaio da Cruz. Responsabilidade Civil dos Profissionais Liberais. Rio de Janeiro. Forense. 2016. NEGREIROS. Teresa. Teoria do Contrato: novos paradigmas. Rio de Janeiro: Renovar, 2015. NERY Junior, Nelson. Código Brasileiro de Defesa do Consumidor comentado pelos autores do Anteprojeto. 6 ed. São Paulo: Forense, 2017.

PERIÓDICOS

COFECI. Resolução n. 326/92 – Aprova o Código de Ética Profissional dos Corretores de Imóveis. Disponível em: . Acesso em: 2 maio 2019.

4777	Tópicos Especiais em Negócios Jurídicos e em Direito Imobiliário	60

APRESENTAÇÃO

Tópicos Especiais em Negócios Jurídicos e em Direito Imobiliário; Princípios dos Negócios Jurídicos; Autonomia da Vontade; “Pacta Sunt Servanda”; Boa Fé Objetiva; Planos de análise dos Negócios Jurídicos; Plano da Existência; Plano da Validade; Plano da Eficácia; O Direito Imobiliário e suas Alterações com o Novo CPC no Brasil; Conceitos e Considerações acerca do Direito Imobiliário; R?gistro de Imóv?is no Novo CPC/2015; Fr?ude à execução e o princípio à Concentração: Lei 13.097/2015, Artigo 54 e o Novo CPC/2015, Artigo 792; O Novo CPC e as Repercussões nas Atividades Notariais e Registrais; Aplicação no Processo Administrativo; Contagem de Prazo; Competência;

Capacidade Processual do Direito de Família; Fraude à Execução e o Princípio da Concentração; Averbação Premonitória; Hipoteca Judiciária; Gratuidade dos Emolumentos; Protesto de Título Executivo Judicial; Constituição de Renda; Penhor Legal; Ata Notarial como meio de Prova; Usucapião Extrajudicial; Ata Notarial; Planta e Memorial Descritivo; Hipóteses de Imóvel com ou sem registro de Propriedade; Existência de titularidade de direitos sobre imóveis confinantes; Certidões Negativas; Justo Título e outros documentos comprobatórios da Posse; Notificações aos titulares de Direitos; Ciência aos entes públicos; Publicação de Edital; Realização de Diligências; Registro da Usucapião e Abertura de Matrícula; Possibilidade de Suscitação de Dúvida Registral; Rejeição do Pedido; Possibilidade de ajuizamento de ação de usucapião; Remessa dos autos ao juízo Competente; Segurança Jurídica e Confiabilidade dos Serviços Delegados; Problemas com Airbnb? Breve Análise da Questão do Ponto de vista do consumidor; A Locação de lojas nos Shoppings Centers, Suas Particularidades e o Despejo; Da Natureza Jurídica do Contrato de Locação em Shoppings Centers; Da Ação de Desocupação da Locação Em Shoppings Centers; A Multipropriedade no Direito Agrário - Lei 13.777/2018; Novas perspectivas na exploração do Imóvel Rural; Incorporação Imobiliária Sujeita ao Patrimônio de Afetação: Tratamento Tributário na Permuta de Imóveis; Imposto de Renda sobre Compra de Imóveis; Na Alienação de bens imóveis de pessoa jurídica; Multipropriedade ou Time-Sharing: Primeiras Impressões; Propriedade; Condomínio Geral; Condomínio Edilício; Condomínio em Multipropriedade; Dos Direitos e das obrigações do multiproprietário; Da Administração da multipropriedade; outras disposições importantes; Do Registro e abertura de Matrículas; Pode O Locador Pedir a Desocupação do Imóvel Durante a Locação?; Conceito de Locação e Requisitos do Contrato; Locação Não Residencial; Regra Geral que Impossibilita o Locador em Reaver o imóvel locado durante o prazo do Contrato; Contrato de Locação Celebrado por escrito, por qualquer prazo, ainda em Vigência; Contrato de locação celebrado escrito, por prazo igual ou superior a trinta meses, que se encontra prorrogado por prazo indeterminado; Contrato de locação celebrado verbalmente ou por escrito, por prazo inicial inferior a trinta meses, encontrando-se prorrogado prazo Indeterminado; Sale And Leaseback.

OBJETIVO GERAL

Compreender a Introdução aos estudos acerca dos tópicos especiais em negócios jurídicos e em direito imobiliário.

OBJETIVO ESPECÍFICO

• Conceituar o direito imobiliário e suas alterações com o novo CPC no Brasil;

• Definir conceitos e considerações acerca do direito imobiliário;

• Interpretar o novo CPC e as repercussões nas atividades notariais e registrais.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

INTRODUÇÃO AOS ESTUDOS ACERCA DOS TÓPICOS ESPECIAIS EM NEGÓCIOS JURÍDICOS E EM DIREITO IMOBILIÁRIO PRÍNCIPIOS DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS AUTONOMIA DA VONTADE “PACTA SUNT SERVANDA” BOA FÉ OBJETIVA PLANOS DE ANÁLISE DOS NEGÓCIOS JURÍDICOS PLANO DA EXISTÊNCIA PLANO DA VALIDADE PLANO DA EFICÁCIA O DIREITO IMOBILIÁRIO E SUAS ALTERAÇÕES COM O NOVO CPC NO BRASIL CONCEITOS E CONSIDERAÇÕES ACERCA DO DIREITO IMOBILIÁRIO R?GISTRO DE IMÓV?IS NO NOVO CPC/2015 FR?UDE À EXECUÇÃO E O PRINCÍPIO À CONCENTRAÇÃO: LEI 13.097/2015, ARTIGO 54 E O NOVO CPC/2015, ARTIGO 792 O NOVO CPC E AS REPERCUSSÕES NAS ATIVIDADES NOTARIAIS E REGISTRAIS APLICAÇÃO NO PROCESSO ADMINISTRATIVO CONTAGEM DE PRAZO COMPETÊNCIA CAPACIDADE PROCESSUAL E DIREITO DE FAMÍLIA FRAUDE À EXECUÇÃO E O PRINCÍPIO DA CONCENTRAÇÃO AVERBAÇÃO PREMONITÓRIA HIPOTECA JUDICIÁRIA GRATUIDADE DOS EMOLUMENTOS PROTESTO DE TÍTULO EXECUTIVO JUDICIAL CONSTITUIÇÃO DE RENDA PENHOR LEGAL ATA NOTARIAL COMO MEIO DE PROVA USUCAPIÃO EXTRAJUDICIAL ATA NOTARIAL PLANTA E MEMORIAL DESCRITIVO HIPÓTESES DE IMÓVEL COM OU SEM REGISTRO DE PROPRIEDADE EXISTÊNCIA DE TITULARIDADE DE DIREITOS SOBRE IMÓVEIS CONFINANTES CERTIDÕES NEGATIVAS JUSTO TÍTULO E OUTROS DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DA POSSE NOTIFICAÇÕES AOS TITULARES DE DIREITOS CIÊNCIA AOS ENTES PÚBLICOS PUBLICAÇÃO DE EDITAL REALIZAÇÃO DE DILIGÊNCIAS REGISTRO DA USUCAPIÃO E ABERTURA DE MATRÍCULA POSSIBILIDADE DE SUSCITAÇÃO DE DÚVIDA REGISTRAL REJEIÇÃO DO PEDIDO POSSIBILIDADE DE AJUIZAMENTO DE AÇÃO DE USUCAPIÃO REMESSA DOS AUTOS AO JUÍZO COMPETENTE SEGURANÇA JURÍDICA E CONFIABILIDADE DOS SERVIÇOS DELEGADOS PROBLEMAS COM AIRBNB? BREVE ANÁLISE DA QUESTÃO DO PONTO DE VISTA DO CONSUMIDOR A LOCAÇÃO DE LOJAS NOS SHOPPINGS

CENTERS, SUAS PARTICULARIDADES E O DESPEJO DA NATUREZA JURÍDICA DO CONTRATO DE LOCAÇÃO EM SHOPPINGS CENTERS DA AÇÃO DE DESOCUPAÇÃO DA LOCAÇÃO EM SHOPPINGS CENTERS A MULTIPROPRIEDADE NO DIREITO AGRÁRIO - LEI 13.777/2018 NOVAS PERSPECTIVAS NA EXPLORAÇÃO DO IMÓVEL RURAL INCORPORAÇÃO IMOBILIÁRIA SUJEITA AO PATRIMÔNIO DE AFETAÇÃO: tratamento tributário na permuta de imóveis. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPRA DE IMÓVEIS NA ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS DE PESSOA JURÍDICA MULTIPROPRIEDADE OU TIME-SHARING: PRIMEIRAS IMPRESSÕES PROPRIEDADE CONDOMÍNIO GERAL CONDOMÍNIO EDILÍCIO CONDOMÍNIO EM MULTIPROPRIEDADE DOS DIREITOS E DAS OBRIGAÇÕES DO MULTIPROPRIETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO DA MULTIPROPRIEDADE OUTRAS DISPOSIÇÕES IMPORTANTES DO REGISTRO E ABERTURA DE MATRÍCULAS PODE O LOCADOR PEDIR A DESOCUPAÇÃO DO IMÓVEL DURANTE A LOCAÇÃO CONCEITO DE LOCAÇÃO E REQUISITOS DO CONTRATO LOCAÇÃO NÃO RESIDENCIAL REGRA GERAL QUE IMPOSSIBILITA O LOCADOR EM REAVER O IMÓVEL LOCADO DURANTE O PRAZO DO CONTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO CELEBRADO POR ESCRITO, POR QUALQUER PRAZO, AINDA EM VIGÊNCIA. CONTRATO DE LOCAÇÃO CELEBRADO ESCRITO, POR PRAZO IGUAL OU SUPERIOR A TRINTA MESES, QUE SE ENCONTRA PRORROGADO POR PRAZO INDETERMINADO CONTRATO DE LOCAÇÃO CELEBRADO VERBALMENTE OU POR ESCRITO, POR PRAZO INICIAL INFERIOR A TRINTA MESES, ENCONTRANDO-SE PRORROGADO PRAZO INDETERMINADO SALE AND LEASEBACK

REFERÊNCIA BÁSICA

AMARAL NETO, Francisco dos Santos. Negócio jurídico I. In: FRANÇA, Rubens Limongi (Coord.). Enciclopédia Saraiva de Direito, São Paulo: Saraiva, 2017. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: . Acesso em: 26 dez. 2018. BRASIL. Lei número 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Institui o Código Civil. Disponível em:Acesso em: 27 dez. 2018. BRASIL. Lei número 13.777 de 20 de dezembro de 2018. Altera as Leis nos 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), e 6.015, de 31 de dezembro de 1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o regime jurídico da multipropriedade e seu registro. Disponível em: . Acesso em 23 dez. 2018. BUZAID, Alfredo. Estudo sobre Shopping Center inserto na obra Shopping Centers. Questões Jurídicas. Doutrina e Jurisprudência. São Paulo: Saraiva, 2018. CACHEIRO, Wanessa Carolina Marques. Você sabe o que é multipropriedade ou time-sharing? 2017. Disponível em: . Acesso em: 22 dez. 2018.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

AM?RAL, Guilherme Rizzo. Comentários às alterações do Novo CPC. São P?ulo: Thompson Reuters. Revista dos Tribun?is, 2015. BASILIO, João Augusto. Shopping Centers. Rio de Janeiro: Renovar, 2016. CARVALHO, Afrânio de. Registro de Imóveis. 4 ed. São Paulo: Forense, 2015. DINIZ, Maria Helena. Código Civil Anotado. 9 ed. Revista e Atualizada. São Paulo: Saraiva, 2013. FERREIRA, Fernanda Maria. Fundos de Investimento Imobiliário- Governança Corporativa. 2017. Dissertação de Mestrado. Universidade de São Paulo.

PERIÓDICOS

DANTAS, Thiago Pereira. Direito imobiliário e suas alterações com o novo CPC no brasil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 03, Ed. 11, Vol. 02, pp. 116- 132 novembro de 2018. ISSN: 2448-0959. Disponível em: Acesso em: 7 abr. 2019.

20	**Trabalho de Conclusão de Curso**	**30**

APRESENTAÇÃO

Orientação específica para o desenvolvimento dos projetos de conclusão de curso. Elaboração e apresentação de trabalho de conclusão de curso.

OBJETIVO GERAL

Pesquisar e dissertar sobre um tema relacionado à sua formação no curso de pós-graduação.

OBJETIVO ESPECÍFICO

- Construir, mediante a orientação de um docente, o Trabalho de Conclusão de Curso tendo em vista a temática escolhida e o cumprimento das etapas necessárias.
- Apresentar e argumentar sobre o referido trabalho.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DELIMITAÇÃO DA PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO; CONSTRUÇÃO DA MATRIZ ANALÍTICA (PROJETO DE TCC); 2. DEFINIÇÃO E DESCRIÇÃO DA METODOLOGIA A SER EMPREGADA NO ESTUDO; 3. MONTAGEM DO PROJETO DE TCC; 4. APRESENTAÇÃO DO PROJETO; 5. COLETA E ANÁLISE DE DADOS; 6. REDAÇÃO DA DISCUSSÃO DOS RESULTADOS E CONSIDERAÇÕES FINAIS; 7. MONTAGEM FINAL DO TCC; 8. APRESENTAÇÃO DO TCC; 9. AVALIAÇÃO DO TCC; 10. CORREÇÃO E ENTREGA DA VERSÃO FINAL DO TCC.

REFERÊNCIA BÁSICA

DEMO, P. Pesquisa: princípio científico e educativo. 2.ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

GIL, A.C. Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas, 2008.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva M. Fundamentos de metodologia científica. São Paulo: ATLAS, 1988.

REFERÊNCIA COMPLEMENTAR

KÖCHE, José C. Fundamentos de metodologia científica: teoria da ciência e prática da pesquisa. Petrópolis: Vozes, 1997 SÁ, Elizabeth S. (Coord.). Manual de normalização de trabalhos técnicos, científicos e culturais. Petrópolis: Vozes, 1994.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed, 1999.

PERIÓDICOS

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Normas de apresentação tabular. 2003. Disponível em: . Acesso em: 20 jun. 2008.

Avaliação será processual, onde o aluno obterá aprovação, através de exercícios propostos e, atividades programadas, para posterior. O aproveitamento das atividades realizadas deverá ser igual ou superior a 7,0 (sete) pontos, ou seja, 70% de aproveitamento.

SUA PROFISSÃO NO MERCADO DE TRABALHO

O curso destina-se aos Bacharéis em Direito, Advogados, Procuradores, membros do Ministério Público, Magistrados, servidores públicos e profissionais que exerçam atividade relacionada ao Direito Urbanístico e Imobiliário.